

Petróleo e juros são os vilões da dívida brasileira

GEORGE VIDOR

Ao fazer a auditoria da dívida externa brasileira, as autoridades do atual Governo poderão perceber que, na verdade, o País ostenta esse enorme endividamento em moeda estrangeira devido a dois "vilões": as importações de petróleo e o pagamento de juros. De 1973 a 1981, época em que a dívida deu o seu maior salto (passando de US\$ 12 bilhões para US\$ 73 bilhões), os gastos do País com petróleo cresceram de US\$ 711 milhões anuais para US\$ 10,9 bilhões, aumentando, portanto, 1.445 por cento.

Já as despesas com pagamento de juros avançaram de US\$ 514 milhões anuais para US\$ 9,2 bilhões (crescimento de 1.686 por cento) no mesmo período. As importações de equipamentos, por sua vez — sempre apontadas como motivo da dívida, por estarem vinculados aos chamados grandes projetos — expandiram-

se apenas 88 por cento no período, subindo de US\$ 2,143 bilhões anuais para US\$ 4,020 bilhões.

De 1973 a 81, o País enfrentou dois "choques" nos preços do petróleo, que saíram de US\$ 1,50 para até US\$ 39 o barril. Os juros, que eram inferiores a seis por cento ao ano antes de 73, atingiram em determinado momento nada menos que 22 por cento após o primeiro choque do petróleo, permanecendo acima de dez por cento até o início de 1985.

Os grandes projetos realizados a partir de 73 exigiam poucas importações. Assim, o empréstimo em moeda estrangeira era uma maneira de camuflar o real motivo do endividamento, que era a cobertura do déficit do País em moeda estrangeira. Toda a legislação ficou voltada para estimular a contratação de empréstimos externos, e o processo somente começou a ser revertido em 1981, quando da primeira maxidesvalorização do cruzeiro.

Antes de 1973, os empréstimos externos estiveram tão atraentes que algumas empresas chegaram a obter créditos para comprar letras de câmbio e fazer depósitos a prazo no mercado interno, faturando a diferença. **Holdings** de bancos se endividaram para comprar outros bancos e até es-

pecular com estoques de soja. Governos, como o do antigo Estado do Rio, fizeram empréstimos para asfaltar ruas ou fazer aterros. Construtoras pediram empréstimos em dólar, e sob argumento de criar lastro, compravam Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN).

A legislação foi durante muito tempo liberal em relação à aplicação dos empréstimos em moeda estrangeira convertidos em moeda local. Como os dólares iam para a caixa do Banco Central, o importante era acompanhar o destino das reservas em moeda forte. Havia empréstimos de sobra, e as autoridades passaram a aumentar seguidamente o prazo mínimo de contratação desses empréstimos, que chegou a ser de 12 anos. Parte dos recursos tinha que ficar também bloqueada no BC por vários meses, para evitar uma expansão monetária desmesurada.

O ex-Presidente do Banco Central, Fernão Bracher, respondeu pela dívida externa no período de 74 a 79, durante o Governo Geisel. Com o pedido de demissão, há poucos dias, Bracher poupou-se de ter de investigar a si próprio, na tarefa de auditoria da dívida externa determinada agora pelo Ministro da Fazenda, Dilson Funaro.